342 DE 1991 2918/91

Torna obrigatório exames otológicos, oftalmológicos e parasitológicos nos alunos das escolas da rede Estadual de ensino por ocasião da matrícula.

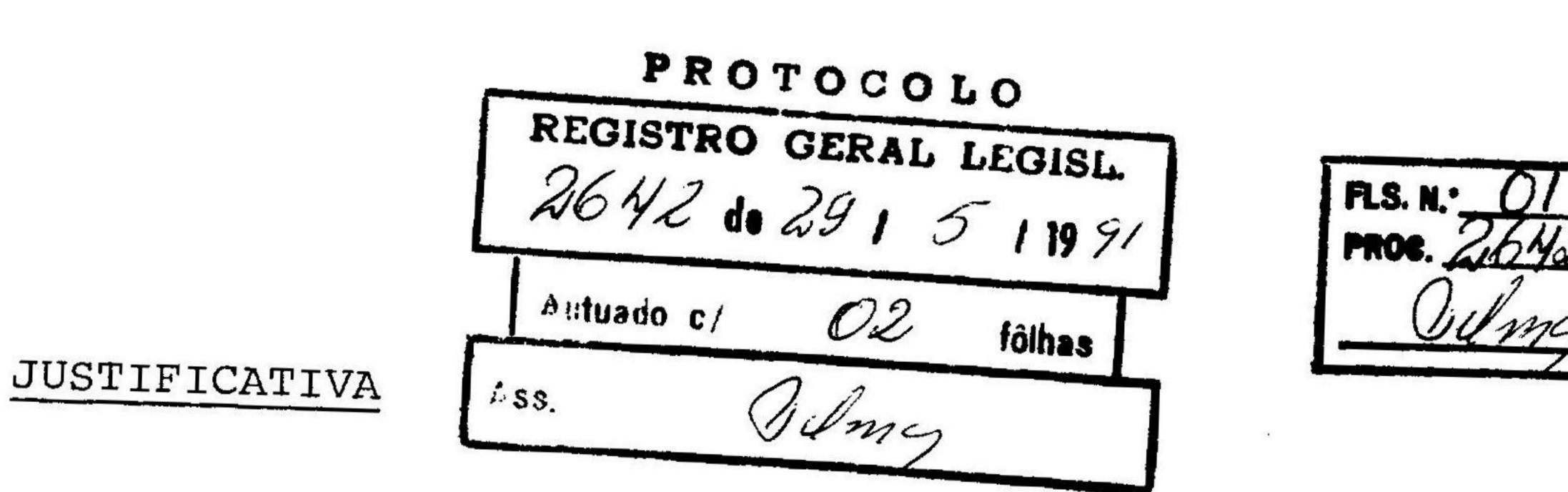
A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições decreta:

Artigo 1º - Os alunos das escolas da rede Estadual de Insino serão submetidos a exames otológico, oftalmológico e parasito-Lógico, por ocasião da matrícula.

§ 10 - Os exames otológico, oftalmológico e parasitológico serão realizados, através dos Postos e/ou Centros de Saúde do Estado, ou mediante convênios a serem firmados entre a Secretaria da Educação e entidades públicas.

Artigo 2º - As despesas decorrentes com a execução des ta lei, correrão por conta do FUNDESP - Fundo de Desenvolvimento da Educação em São Paulo.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



É função precípua do Estado a promoção do bem estar da população, e para tanto a instituição de política preventiva de saúde na idade escolar é imperativo de justiça, tendo em vista as reais condições sócio-econômicas da população.

A compulsoriedade das medidas preconizadas contribui - rão e trarão benefícios incomensuráveis à população de baixa renda.

Constata-se que durante a fase de aprendizado o educan do poderá ter seu aproveitamento comprometido por problemas de saúde

ENTREUE L'ALESA ENT.

sanáveis a princípio, e quando não detectados poderão trazer imensurável no futuro.

mal

Quanto a necessidade dos exames otológicos ou auditivos, oftalmológico e parasitológico podemos aferir em face a realidade do elevado indice de não aproveitamento e reprovação escolar.

Mediante a implantação das providências tituladas bene ficiar-se-á o educando, através de atendimentos adequados bem como reduzir-se-á o número de problemas sócio-econômicos. É o Estado no cum primento de seus objetivos.

Sala das Sessões, em

MARCELQ GONÇALVES

25 5/9/

30.5